



**ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM  
PREFERÊNCIA DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG**

Pelo presente instrumento particular,

- (a) **COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG**, sociedade por ações de economia mista, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1200, inscrita no CNPJ sob o nº 17.155.730/0001-64, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada “**Emissora**”); e
- (b) **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, nomeada nesta Escritura e nela interveniente, sociedade limitada autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99 – 16º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os “**Debenturistas**”), aqui representada na forma de seu Contrato Social (doravante simplesmente denominada “**Agente Fiduciário**”);

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie sem Garantia nem Preferência da COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG (a “**Escritura**”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é firmada com base em deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração (“**RCA**”) da Emissora realizada em 27 de maio de 2004.

**CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS**

A presente emissão (a “**Emissão**”) das debêntures (as “**Debêntures**”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata de Reunião do Conselho de Administração

A ata da RCA que deliberou sobre a Emissão, referida no item 1.1 acima, será arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e seu extrato será publicado nos jornais “Minas Gerais”, “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e “O Tempo”.



2.2. Arquivamento da Escritura

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei 6.404/76”).

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A oferta pública das Debêntures será registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei 6.404/76, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (a “Instrução 400/03”) e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.4. Emissão no Âmbito do Programa de Distribuição de Valores Mobiliários

A presente oferta pública das Debêntures será realizada no âmbito do Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Emissora que foi estruturado conforme Instrução 400/03 e arquivado perante a CVM sob o nº [-] em [data] (o “Programa”).

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”)

A oferta pública das Debêntures será registrada na ANBID no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 16 de janeiro de 2002. <sup>IBII</sup>

2.6. Registro da Negociação

As Debêntures terão registro para distribuição no mercado primário junto ao Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”) e/ou ao Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA FIX”), e para negociação no mercado secundário junto ao (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (“ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”); e/ou (ii) Sistema de Negociação BOVESPA FIX, custodiado na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”).



*[Handwritten signature]*



### CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1. - Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto: (i) construir e explorar sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) a desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial, construindo e operando, entre outros, sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; (iii) a prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; (iv) a exercer atividades direta ou reflexamente relacionadas ao seu objeto social; (v) a promover a perenização de cursos d'água que constituem as bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais, nas quais tenha ou venha a ter aproveitamentos hidrelétricos; e (vi) a criação de sociedades controladas e coligadas que tenham aquela finalidade, nos termos das Leis Estaduais nº 828, de 14 de dezembro de 1951, nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, e nº 12.653, de 23 de outubro de 1997.

#### 3.2. - Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 3ª emissão de debêntures da Emissora.

#### 3.3. - Montante da Emissão

O montante total da Emissão é de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), em série única, na Data de Emissão.

#### 3.4. - Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados à amortização das dívidas da Emissora contraídas para realização de investimentos em distribuição de energia elétrica e que vencerão no ano de 2004, conforme descritas na tabela abaixo:

Fontes	Valor (R\$)	%
Emissão de debêntures simples, sem garantia nem preferência.	até 540.000.000,00(*)	100

(\*) Considerando-se o valor máximo que poderá ser obtido com a colocação das Debêntures (incluindo os lotes suplementares previstos nos artigos 14, parágrafo segundo e 24 da Instrução 400/03).



Handwritten signature or initials.

Usos - Pagamento das seguintes dívidas da Emissora*		
Descrição das Operações	Valor (R\$)	%
Contratos de Financiamento nº 1346/95, firmado em 3 de setembro de 1997, com a Eletrobrás, no valor total principal de até R\$38.630.000,00 e cujo vencimento final está previsto para 30 de dezembro de 2008. O principal é corrigido por correção monetária com base no índice FINEL, acrescido de juros de 6,5% ao ano. Os recursos foram destinados para realização de obras relacionadas à área de distribuição de energia elétrica da Emissora.	2.779.000,00	0,7
Notas (9,125% Notes) emitidas pela Emissora em 18 de novembro de 1996, no âmbito de seu programa no valor principal de US\$150.000.000,00. O vencimento final dessas notas está previsto para 18 de novembro de 2004. Sobre o principal incidirão juros à taxa de 9,125% ao ano. Os recursos foram destinados para execução do programa de investimentos da Emissora.	42.151.000,00	7,8
Termo de Contrato firmado em 26 de junho de 1997, com a Siemens Ltda. e interveniência da Siemens Aktiengesellschaft e da Nativa Engenharia S.A., no valor total principal de R\$45.508.415,4, e cujo vencimento final está previsto para 30 de setembro de 2005. Adicionalmente, a Emissora emitiu seis notas promissórias de igual valor, com vencimento semestral, corrigidas pela variação cambial oficial do dólar norte-americano para a venda, acrescidos de juros de 9,97% ao ano. Os recursos foram destinados para realização de obras relacionadas às linhas de distribuição (sub-transmissão) da Emissora.	11.974.000,00	2,2
Contratos de Financiamento nº 1981/00, firmado em 28 de junho de 2000, com a Eletrobrás, no valor total principal de R\$74.220.430,00 e cujo vencimento final está previsto para 30 de julho de 2012. O principal é corrigido por correção monetária com base no índice RGR, acrescido de juros de 5,0% ao ano. Os recursos foram destinados para realização de obras relacionadas à área de distribuição de energia elétrica da Emissora.	5.339.000,00	0,9
Contratos de Financiamento nº 2001/00, firmado em 28 de junho de 2000, com a Eletrobrás, no valor total principal de até R\$90.075.540,00 e cujo vencimento final está previsto para 30 de julho de 2007. O principal é corrigido por correção monetária com base no índice RGR, acrescido de juros de 5,0% ao ano. Os recursos foram destinados para realização de obras relacionadas à área de distribuição de energia elétrica da Emissora.	6.481.000,00	1,2
Instrumento Particular de Termo de Consolidação de Obrigações de Pagamento e Outras Avenças, firmado em 13 de dezembro de 2000, com a Siemens e interveniência da Banco do Brasil S.A., no valor total principal de US\$62.664.139,85 e cujo vencimento final está previsto para os meses de junho e julho de 2004. O principal é corrigido por juros calculados com base na LIBOR acrescida de um <i>spread</i> de 4,25% ao ano e encargos financeiros da prorrogação equivalente a 3,788% ao ano calculado sobre o valor absoluto das variações monetárias das parcelas de principal. Os recursos foram destinados para realização de obras relacionadas às linhas de distribuição (sub-transmissão) da Emissora.	46.754.000,00	8,6



Contrato de Empréstimo, firmado em 9 de novembro de 2001, com o Banco do Brasil, Agência Madri e o Banco do Brasil S.A. - Agência Corporate, no valor total principal de US\$40 milhões e cujo vencimento final está previsto para novembro de 2004. Sobre o principal incidirão juros de 10,375% ao ano. Os recursos foram utilizados para rolagem de dívidas da Emissora.	62.406.000,00	11,3
Contrato de Abertura de Crédito, firmado em 23 de dezembro de 2003, com o Banco do Brasil S.A., no valor de R\$100 milhões e cujo vencimento está previsto para em 23 de dezembro de 2004. Incide sobre o saldo devedor juros e comissão à taxa de 1,4% ao ano. Os recursos foram destinados à compra de energia elétrica de Itaipu.	99.393.000,00	18,6
Instrumento Particular de Confissão e Consolidação de Dívidas, Novação e Outras Avencas, firmado em 29 de dezembro de 2003, com o Banco Itaú BBA S.A., no valor total principal de US\$41.592.249,94. Foram emitidas, em virtude desse instrumento, três cédulas de crédito pela Emissora, cujo vencimento final está previsto para 23 de dezembro de 2004. O principal dessas cédulas é corrigido por variação cambial, acrescida de juros de 3,7% ou 5,24% ao ano, dependendo da cédula. Na mesma data em que foi celebrado o instrumento acima descrito, duas das cédulas emitidas (nos valores de US\$17.244.947,23 e US\$20.693.936,68) foram cedidas ao Bradesco S.A. e ao Unibanco, respectivamente, enquanto que a cédula no valor de US\$3.653.366,03 permaneceu com o Itaú. Os recursos foram utilizados para rolagem de dívidas da Emissora.	120.168.000,00	22,2
Cédulas de crédito Bancário emitidas em 30 de dezembro de 2003, em favor do Banco Itaú BBA S.A., no valor total principal de US\$38.580.339,94 e cujo vencimento final está previsto para 23 de dezembro de 2004. Sobre o valor principal das cédulas, incidirão juros de 3,69% ao ano. Os recursos foram destinados à compra de energia elétrica de Itaipu.	111.466.000,00	20,6
Contrato de Empréstimo Mediante Repasse de Recursos em Moeda Estrangeira firmado em 11 de março de 2004, com o Unibanco, no valor total principal de US\$14.032.141,11 e cuja data de vencimento está prevista para 181 dias após a data de assinatura. Sobre o saldo devedor incidirão juros de 2,3% ao ano. Os recursos foram utilizados para rolagem de dívidas da Emissora.	16.826.000,00	3,1
Contrato de Empréstimo Mediante Repasse de Recursos em Moeda Estrangeira firmado em 18 de março de 2004, com o Unibanco, no valor total principal de US\$11.991.598,28 e cuja data de vencimento está prevista para 181 dias após a data de assinatura. Sobre o saldo devedor incidirão juros de 2,3% ao ano. Os recursos foram utilizados para rolagem de dívidas da Emissora.	14.263.000,00	2,6
<b>Total</b>	<b>540.000.000,00</b>	<b>100</b>

3.4.1. Caso ocorra a distribuição parcial das Debêntures e, portanto, não seja atingido o valor suficiente para pagamento integral das dívidas da Emissora mencionadas acima, os recursos efetivamente captados com a subscrição e integralização das Debêntures serão utilizados para pagamento daquelas dívidas que tenham vencimento de mais curto prazo, de modo que as demais dívidas serão pagas com recursos próprios e/ou de terceiros.



3.7

### 3.5. - Colocação e Procedimento de Distribuição



As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e/ou por meio do BOVESPAFIX custodiado na CBLC, utilizando-se o plano de distribuição previsto no Suplemento (conforme abaixo definido).

A colocação pública das Debêntures somente terá início após o arquivamento do Programa na CVM, a concessão do registro da Emissão pela CVM, da publicação do anúncio de início de distribuição e da disponibilização do Prospecto e do Suplemento (conforme abaixo definidos) aos investidores.

As Debêntures objeto desta Emissão que não forem efetivamente subscritas e integralizadas deverão ser canceladas.

### 3.6. - Registro da Negociação

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário junto ao (i) SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e/ou (ii) BOVESPA FIX, da BOVESPA, custodiado na CBLC.

### 3.7. - Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão (o "**Banco Mandatário e Escriturador**"). Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures o Relatório de Posição de Ativos, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

## CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. - Características Básicas

4.1.1. - Valor da Emissão: O valor total da Emissão é de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão.

4.1.2. - Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

4.1.3. - Número de Séries: A Emissão será realizada em Série Única.



4.1.4. - Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures.

4.1.5. - Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data da Emissão será 1º de junho de 2004 (a “**Data de Emissão**”).

4.1.6. - Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures desta Emissão é de 120 (cento e vinte) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 1º de junho de 2014 (a “**Data de Vencimento**”). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo seu Valor Nominal unitário, acrescido da Remuneração devida.

4.1.7. - Forma: As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.8. - Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações.

4.1.9. - Espécie: As Debêntures serão da espécie sem garantia nem preferência (quirografária).

#### 4.2. - Remuneração

As Debêntures desta Emissão farão jus à seguinte remuneração (a “**Remuneração**”):

##### 4.2.1. Atualização

As Debêntures terão o seu valor nominal atualizado a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. Essa atualização será calculada de forma *pro rata temporis*, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, segundo a seguinte fórmula (a “**Atualização das Debêntures**”):

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[ \frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[ \frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[ \frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}$$

onde:

**VNa** é o valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**VNe** é o valor nominal ou saldo do valor nominal informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**NI<sub>0</sub>** é o valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização;

**NI<sub>1</sub>** é o valor do número-índice do mês de início de atualização;

**NI<sub>2</sub>** é o valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização;

**NI<sub>n</sub>** é o valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização até a data de



A handwritten signature in black ink, appearing to be "SM".

aniversário. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

**NI<sub>n-1</sub>** é o valor do número-índice do mês anterior ao mês “n”;

**dup** é o número de dias corridos da última data-base até a data de atualização, sendo dup um número inteiro; e

**dut** é o número de dias corridos contidos entre a última e a próxima data-base, sendo dut um número inteiro.

Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures em questão.

Considera-se data de aniversário o dia da data correspondente ao primeiro dia de cada mês.

Considera-se data-base a data de aniversário em cada mês.

O número índice do IGPM deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGPM incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor, nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.2.1.1. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação do IGPM, será aplicado o último número índice do IGPM divulgado, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os detentores das Debêntures quando da divulgação posterior do IGPM que seria aplicável.

4.2.1.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação do IGPM por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGPM às Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar Assembleia Geral de Debenturistas (observado o disposto na Cláusula Oitava abaixo), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor da Atualização das Debêntures o último IGPM divulgado oficialmente, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido), até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

4.2.1.3. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, utilizando-se o último IGPM



divulgado oficialmente. O resgate ao qual se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

4.2.1.4. A Atualização das Debêntures será paga pela Emissora juntamente com o Valor Nominal unitário das Debêntures, na respectiva Data de Vencimento.

#### 4.2.2. Juros Remuneratórios

Incidirão sobre o Valor Nominal unitário acrescido da Atualização das Debêntures juros de [-]% ([-] por cento) ao ano, apurado com base em procedimento de *bookbuilding*, calculados por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão (os “**Juros Remuneratórios**”), observada a taxa máxima de juros de 10,50% (dez vírgula cinquenta por cento) ao ano. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} - 1 \right\}$$

onde:

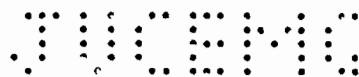
- J** é o valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNa** é o Valor Nominal unitário ou saldo do valor nominal atualizado, anteriormente estabelecido;
- taxa** é a taxa de juros fixa, expressa ao ano, definida no “caput” deste item 4.2.2;
- N** é o número de 252 dias úteis ao ano;
- n** é o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo “n” um número inteiro;
- DT** é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo DT um número inteiro; e
- DP** é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo DP um número inteiro.

4.2.2.1. Os Juros Remuneratórios deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração da Emissora, em reunião, cuja ata será publicada em até 2 (dois) dias úteis após sua determinação, e deverá constar do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures.

4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios deverão ser pagos pela Emissora anualmente, sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado 12 (doze) meses após a Data de Emissão, ou seja, 1º de junho de 2005, e os demais pagamentos nos mesmos dias dos anos subseqüentes, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis.



#### 4.3. - Limite da Emissão



A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei 6.404/76, uma vez que o capital social da Emissora, na Data de Emissão, era de R\$1.621.538.190,25 (um bilhão, seiscentos e vinte e um milhões, quinhentos e trinta e oito mil, cento e noventa reais e vinte e cinco centavos).

#### 4.4. - Direito de Preferência

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

#### 4.5. - Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.5.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o item 4.2 acima. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

4.5.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures desta Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário e Escriturador da Emissão.

4.5.3. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

#### 4.5.4. Amortização Programada:

4.5.4.1. As Debêntures não serão objeto de amortização programada antes da respectiva data de vencimento.

4.5.5. - Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo e/ou Belo Horizonte, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.



4.5.6. – Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto no item 5.2. abaixo, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso serão acrescidos da respectiva remuneração aplicável às Debêntures, bem como ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.5.7. - Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de juros remuneratórios e/ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.6. - **Comunicações**

##### 4.6.1. - Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional dos jornais “Minas Gerais”, “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e “O Tempo”, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores - INTERNET (<http://www.cemig.com.br>), exceção feita ao anúncio de início de Distribuição da Debêntures e o anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures, que apenas serão publicados na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Emissora na rede internacional de computadores – INTERNET, no endereço acima referido.

##### 4.6.2. – Endereçamento

Para Emissora

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG  
Av. Barbacena, 1200, Belo Horizonte, MG  
CEP: 30190-131  
At. Flávio Decat de Moura  
Telefone: (31) 3299-4903  
Fac-símile: (31) 3299-3832  
E-mail: [flaviodecat@cemig.com.br](mailto:flaviodecat@cemig.com.br)



Para o Agente Fiduciário

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
Rua Sete de Setembro, 99, 16º andar, Rio de Janeiro, RJ  
CEP: 20050-005  
At. Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira  
Telefone: 21-2507-1949  
Fac-símile: 21-2507-1773  
E-mail: pavarini@pavarini.com.br

Para o BANCO  
MANDATÁRIO E  
ESCRITURADOR

Banco Itaú S.A.  
Av. Engº Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar, São Paulo, SP  
CEP: 04344-902  
At. Gabriela Miranda de Oliveira  
Telefone: (11) 5029-1963  
Fac-símile: (11) 5029-1917  
E-mail: gabriela.oliveira@itau.com.br  
At. José Nilson Cordeiro  
Telefone: (11) 5029-1317  
Fac-símile: (11) 5029-1917  
E-mail: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br

Para a CETIP

CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação  
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar  
CEP: 01009-000  
At. Fábio Benites  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3115-1664  
E-mail: fbenites@cetip.com.br

Para a CBLC

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia  
Rua XV de Novembro, 275, São Paulo, SP  
CEP: 01013-001  
At. Charles Mann de Toledo  
Telefone: (11) 3233-2720  
Fac-símile: (11) 3233-2051  
E-mail: ctoledo@bovespa.com.br

4.6.3. - As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

4.6.4. - A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.



Handwritten signature or initials.

#### 4.7. - Repactuação



As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

#### 4.8. - Resgate Antecipado Facultativo

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas ao resgate antecipado facultativo pela Emissora.

### CLÁUSULA V - DA COMPRA OU RESGATE DOS TÍTULOS PELA EMISSORA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

#### 5.1. - Aquisição Antecipada

**5.1.1. Aquisição Antecipada Facultativa** - A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal acrescido da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, da Lei 6.404/76. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

**5.1.2. Aquisição Antecipada Obrigatória** - A Emissora será obrigada a adquirir, caso haja mudança direta ou indireta de seu controle acionário, as Debêntures desta Emissão que estiverem em circulação, à opção dos respectivos Debenturistas que não aceitarem permanecer como Debenturistas da Emissora após a alteração de seu controle acionário. A oferta de compra será comunicada a esses Debenturistas por meio de aviso específico publicado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da efetiva mudança do controle acionário, com prazo não inferior a 60 (sessenta) dias para a manifestação dos Debenturistas interessados, contado a partir da publicação do aviso e nos termos dos procedimentos descritos nesse aviso. A aquisição das Debêntures pela Emissora deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da data da manifestação dos Debenturistas. Para efeito do disposto neste item, ocorrerá “mudança de controle acionário” caso o atual controlador da Emissora, Governo do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora.

#### 5.2. - Vencimento Antecipado

Observados os itens 5.2.1, 5.2.1.1 e 5.2.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:



- (a) pedido de concordata preventiva ou falência formulada pela Emissora ou por qualquer uma das Novas Sociedades (conforme definido na Cláusula Sétima abaixo);
- (b) extinção, liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de qualquer uma das Novas Sociedades;
- (c) falta de cumprimento, pela Emissora ou pela Nova Sociedade Distribuidora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures;
- (d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora (ou qualquer uma das Novas Sociedades) em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em razão de inadimplência contratual ou não;
- (e) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emissora seja parte que representem, separadamente ou em conjunto, a qualquer tempo, um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras; o disposto nesta alínea (i) também se aplicará à Nova Sociedade Distribuidora, sendo que nesta hipótese o percentual aqui mencionado deverá ser calculado com relação à receita operacional líquida consolidada da Emissora após a implementação da Desverticalização (conforme definido abaixo), constante de suas últimas demonstrações financeiras à época.
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer outra Nova Sociedade, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora ou por qualquer uma das Novas Sociedades, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (g) falta de cumprimento pela Emissora ou pela Nova Sociedade Distribuidora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (h) se a Emissora (ou qualquer uma das Novas Sociedades) deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora (ou qualquer uma das Novas Sociedades) segundo qualquer acordo ou contrato de qual ela seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); e/ou



A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'F' followed by a vertical line and a small hook.

- (i) privatização, fusão, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a Emissora e/ou seus ativos ou a Nova Sociedade Distribuidora e/ou os ativos desta última, ficando desde já estabelecido que o aqui disposto não se aplica na ocorrência do previsto no item 5.1.2 acima e na Cláusula Sétima desta Escritura.

5.2.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) até (d) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.2.1.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (e) até (i) supra, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Oitava abaixo e o quorum específico estabelecido no item 5.2.2. abaixo.

5.2.2. Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.2.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos encargos até a data de seu efetivo pagamento, nos termos do item 5.2 supra, a menos que Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da Emissão optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

5.2.2.1. Caso os Debenturistas da presente Emissão optem por não declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos do item 5.2.2 acima, as Debêntures detidas pelos Debenturistas que não concordaram com a respectiva deliberação deverão ser resgatadas pela Emissora: (i) no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da Assembleia de Debenturistas ou (ii) no mesmo prazo em que forem efetivamente resgatadas as debêntures da 1ª Emissão de Debêntures da Emissora por motivo similar ao previsto para o resgate das Debêntures conforme estabelecido neste item 5.2.2.1, o que ocorrer primeiro. As Debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal unitário acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis*.

## CLÁUSULA VI. - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. – Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;



- (b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 (conforme alterada), nos prazos ali previstos e, dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- (d) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembléia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- (e) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas, na mesma data em que forem publicados;
- (f) imediatamente, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- (g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa às Debêntures ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;
- (h) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento;
- (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 5.2 acima, na maior brevidade possível, respeitado (i) o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data em que tomar ciência de sua ocorrência ou (ii) o mesmo prazo em que informar ao agente fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da Emissora sobre a ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado relativas àquela emissão, o que ocorrer primeiro. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 (a “**Instrução 358/02**”), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida Instrução 358/02, observado o prazo máximo aqui previsto;





6.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

6.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, a expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora.

6.1.4. Convocar, nos termos do item 8.1 desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça.

6.1.5. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas.

6.1.6. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

6.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei 6.404/76, quando solicitado.

6.1.8. Manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

6.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

6.1.10. Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento.

6.1.11. Obter todas as autorizações e consentimentos necessários à efetiva implementação do processo de Desverticalização, previsto na Cláusula Sétima desta Escritura sem que ocorra qualquer inadimplemento de obrigações da Emissora perante terceiros.

6.1.12. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

6.1.13. Não praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social e a Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas.



6.1.14. Manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.

6.1.15. Manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.

6.1.16. Manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários ou úteis para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais.

6.1.17. Enquanto as Debêntures existirem, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data do presente, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam na data do presente, exceto quando e se exigidos pela legislação em vigor ou pelas regulamentações emitidas pelo Poder Concedente.

6.1.18. Cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens.

6.1.19. Fazer com que a(s) respectiva(s) agência(s) de classificação de risco mantenha(m) avaliação atualizada da presente oferta pública durante o prazo de vigência das Debêntures, fornecendo ao Agente Fiduciário cópia das reavaliações anuais de *rating* em até 5 (cinco) dias úteis após sua divulgação.

#### **CLÁUSULA VII. – REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA E PERMUTA OBRIGATÓRIA DAS DEBÊNTURES**

7.1. A Emissora desde já se obriga, por si e por suas controladas, diretas ou indiretas, até que findo o prazo de vencimento das Debêntures, a não realizar qualquer operação envolvendo a cisão, fusão, dissolução, transformação e/ou qualquer outra forma de reorganização societária com relação à Emissora ou suas controladas, diretas ou indiretas, exceto se essa reorganização societária ocorrer (a) com relação às seguintes controladas da Emissora: Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig, Empresa de Infovias S.A. e a WAY TV Belo Horizonte S.A. e/ou (b) para implementação do processo de Desverticalização da Emissora exigido pela Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, e forem respeitadas, cumulativamente, com relação a este subitem “b”, as condições abaixo:

- (i) a Emissora tenha obtido todas as autorizações e consentimentos necessários à efetiva implementação do processo de Desverticalização;
- (ii) nenhum evento de vencimento antecipado previsto no item 5.2 acima esteja em curso;



- (iii) a Emissora esteja adimplente com todas as suas obrigações pecuniárias ou não, perante terceiros, cuja inadimplência poderia de qualquer forma comprometer a implementação da Desverticalização;
- (iv) as pessoas jurídicas que resultem desse processo de Desverticalização sejam subsidiárias integrais da Emissora ou sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora, constituídas na forma de sociedades por ações ou sociedades por quotas de responsabilidade limitada (conforme o caso), devidamente existentes e organizadas de acordo com as leis do Brasil, nas quais a Emissora detenha pelo menos 51% do capital votante (as "Novas Sociedades");
- (v) a Nova Sociedade responsável pela distribuição da energia elétrica do Conjunto de Empresas da CEMIG (a "Nova Sociedade Distribuidora"), seja constituída sob a forma de sociedade por ações e obtenha o registro de companhia aberta antes do prazo de realização da oferta pública mencionada no subitem (xi) abaixo;
- (vi) a Nova Sociedade Distribuidora tenha sua constituição vinculada unicamente à Desverticalização e estritamente de acordo com as regras aplicáveis ao processo de Desverticalização;
- (vii) sejam transferidos, pela Emissora à Nova Sociedade Distribuidora, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da Emissora relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica e passe a deter todos os direitos e obrigações relacionadas à atividade de distribuição de energia elétrica da Emissora, incluindo, mas sem limitação, todos os contratos de compra de energia, todos os contratos de distribuição de energia a clientes, assim como todos os contratos com os consumidores que sejam, na época da transferência, atendidos pelo sistema de distribuição da Emissora, de modo que, imediatamente após a transferência destes ativos, direitos e obrigações, a totalidade das receitas da Emissora relacionadas à sua atividade de distribuição passe a ser auferida exclusivamente pela Nova Sociedade Distribuidora;
- (viii) a Nova Sociedade Distribuidora tenha, à sua disposição, os profissionais necessários para o desenvolvimento e exploração de sua atividade de distribuição de energia elétrica nos mesmos moldes e padrões anteriormente desenvolvidos pela Emissora, de modo que, imediatamente após as transferências mencionadas no subitem (vii) acima a Nova Sociedade Distribuidora esteja desempenhando plenamente suas atividades de distribuição de energia;
- (ix) a Nova Sociedade Distribuidora tenha obtido (diretamente ou por cessão pela Emissora) todas as licenças, permissões e autorizações necessárias para o pleno desenvolvimento de suas atividades de



distribuição de energia, incluindo, sem limitação, a concessão para distribuição de energia elétrica nas áreas originalmente atendidas pela atividade de distribuição de energia elétrica da Emissora;

- (x) o patrimônio líquido consolidado da Emissora, após a Desverticalização, não seja inferior ao patrimônio líquido consolidado da Emissora, conforme as últimas informações financeiras da Emissora encaminhadas à CVM anteriormente à implementação da Desverticalização; e
- (xi) em até 120 (cento e vinte) dias após a transferência e/ou outorga (conforme aplicável) das respectivas concessões de distribuição de energia elétrica à Nova Sociedade Distribuidora, a Nova Sociedade Distribuidora inicie uma oferta pública de distribuição de debêntures, com o objetivo de realizar a permuta obrigatória das Debêntures por novas debêntures emitidas pela Nova Sociedade Distribuidora, conforme aqui estabelecida, devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou, se for o caso, dispensada de registro nos termos da Instrução 400/03, observadas as condições estabelecidas nos itens 7.2 e 7.3 abaixo.

7.2. Para fins do atendimento ao previsto no subitem (xi) do item 7.1 acima, a Nova Sociedade Distribuidora, imediatamente após a transferência e/ou outorga (conforme aplicável) das respectivas concessões de distribuição de energia elétrica, deverá encaminhar à CVM pedido de registro (ou dispensa de registro, se aplicável) de oferta pública de distribuição de debêntures (a “Oferta Pública”), com o objetivo de realizar a permuta obrigatória das Debêntures por novas debêntures emitidas pela Nova Sociedade Distribuidora (as “Debêntures da Nova Sociedade Distribuidora”).

7.2.1. As Debêntures da Nova Sociedade Distribuidora, objeto da Oferta Pública, deverão ter os mesmos termos e condições das Debêntures, devendo reproduzir integralmente as características das Debêntures, particularmente as seguintes: valor total da emissão, número de séries, espécie, tipo, forma e conversibilidade das debêntures, prazo de vencimento, Remuneração, hipóteses de vencimento e obrigações da Emissora (com exceção do previsto nesta Cláusula Sétima). A escritura de emissão das debêntures da Nova Sociedade Distribuidora deverá ser, *mutatis mutandis*, idêntica à Escritura de Emissão das Debêntures, sendo admitidas apenas as alterações necessárias para adaptação da escritura de emissão das Debêntures da Nova Sociedade Distribuidora às características da Nova Sociedade Distribuidora propriamente dita e à Oferta Pública.

7.2.2. As Debêntures da Nova Sociedade Distribuidora serão ainda obrigatoriamente garantidas por fiança conjunta e solidária da Emissora, após a Desverticalização e na condição de sociedade controladora (*holding*) das Novas Sociedades, que se obrigará, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações da Nova Sociedade Distribuidora decorrentes das Debêntures da Nova Sociedade Distribuidora, até sua final liquidação. A Emissora deverá renunciar aos artigos 366, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil pelas



obrigações a serem assumidas em virtude das Debêntures da Nova Sociedade Distribuidora, devendo estas renúncias constar expressamente da escritura de emissão a ser utilizada para emissão e colocação das Debêntures da Nova Sociedade Distribuidora. A fiança aqui referida deverá ter sido devidamente autorizada pelos respectivos órgãos societários competentes da Emissora, bem como todas as demais autorizações necessárias para prestação desta fiança deverão ser por ela obtidas e se encontrarem em pleno vigor, inclusive, mas sem limitação, as autorizações necessárias das autoridades governamentais competentes.

7.2.3. A versão final da escritura de emissão das Debêntures da Nova Sociedade Distribuidora deverá estar em forma e substância aceitáveis ao Agente Fiduciário, sob pena de não realização da Oferta Pública e conseqüente vencimento antecipado mencionado no item 7.4 abaixo.

7.3. A Oferta Pública deverá ser iniciada no prazo estabelecido no subitem (xi) do item 7.1 acima. Uma vez iniciada a Oferta Pública e, portanto, tendo sido integralmente atendidas cada uma e todas as condições previstas nesta Cláusula Sétima, os Debenturistas estarão obrigados a realizar a permuta das Debêntures emitidas no âmbito desta Emissão de que forem titulares pelas Debêntures da Nova Sociedade Distribuidora, na proporção de um para um, de modo que, encerrada a Oferta Pública, cada um dos Debenturistas passará a deter o mesmo número de Debêntures da Nova Sociedade Distribuidora que detinha de Debêntures.

7.3.1. Os procedimentos específicos para entrega das Debêntures em troca das Debêntures da Nova Sociedade Distribuidora no âmbito da Oferta Pública serão objeto de Aviso aos Debenturistas a ser publicado nos termos do item 4.6.1 acima e da escritura de emissão das Debêntures da Nova Sociedade Distribuidora.

7.3.2. A oferta pública das Debêntures da Nova Sociedade Distribuidora deverá encerrar-se em no máximo 5 (cinco) dias após o seu início.

7.4. O não cumprimento de qualquer uma das disposições desta Cláusula Sétima, inclusive do disposto no item 7.2.1 acima, por qualquer motivo, pela Emissora e/ou pela Nova Sociedade Distribuidora, acarretará o imediato vencimento antecipado das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura, aplicando-se o disposto nos itens 5.2, *caput* e 5.2.1 acima.

7.5. - A obrigação prevista nesta Cláusula Sétima deverá constar em eventual edital de venda do controle acionário da Emissora ou quaisquer de suas controladas, diretas ou indiretas, exceto com relação às seguintes controladas da Emissora: Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig, Empresa de Infovias S.A. e a WAY TV Belo Horizonte S.A..



A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and strokes, located to the right of the circular stamp.

## CLÁUSULA VIII. - DA ASSEMBLÉIA-GERAL DOS DEBENTURISTAS

### 8.1. - Convocação

8.1.1. A Assembléia de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.1.2. As Assembléias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

8.1.3. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

8.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

### 8.2. - Quorum de Instalação

8.2.1. A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura serão excluídas as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da Emissora, que forem de titularidade de empresas controladas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas

### 8.3. - Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Agente Fiduciário; (ii) ao Presidente do Conselho de Administração da Emissora; ou (iii) ao Debenturista eleito pelos Debenturistas presentes.



*[Handwritten signature]*

#### 8.4. - Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação; observado que alterações nas condições de remuneração e/ou pagamento das Debêntures, previstas nos itens 4.2 e 4.5 acima, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando 90% das Debêntures em circulação, observado o disposto no item 8.2.2 acima. A alteração das disposições de vencimento antecipado previstas no item 5.2 acima e a liberação da Emissora de obrigações previstas nas Cláusulas VI e VII desta Escritura, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

8.4.2. A Emissora desde já se obriga a adquirir, tendo sido aprovadas as alterações das condições de remuneração e/ou pagamento das Debêntures (conforme disposto no item 8.4.1 acima), as Debêntures em circulação, à opção dos respectivos Debenturistas que não aceitarem as novas condições de remuneração e/ou pagamento. Nesta hipótese, deverá ser observado o mesmo mecanismo de aquisição antecipada obrigatória previsto no item 5.1.2 supra.

### CLÁUSULA IX – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

#### 9.1. - Nomeação

A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário desta Emissão, acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

#### 9.2. - Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) Parcelas trimestrais de R\$5.747,13 (cinco mil setecentos e quarenta e sete reais e treze centavos) cada uma, sendo que a primeira deverá ser paga na data de liquidação da Emissão, e as demais nas mesmas datas dos trimestres subseqüentes;
- b) A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;



Handwritten signature or mark.

c) As parcelas referentes ao item “a” serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela, calculada *pro rata temporis* se necessário;

d) O Agente Fiduciário deverá arcar com todos os custos decorrentes de quaisquer impostos que venham a incidir sobre sua remuneração, inclusive, mas não se limitando, ao Imposto de Renda, ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e COFINS, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

e) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário; e

f) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral (exemplos: de edital de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, da própria Assembleia Geral de Debenturistas, de anúncio comunicando que o relatório anual do Agente Fiduciário se encontra à disposição); notificações; extração de certidões; viagens e estadias; despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário.

### 9.3. - Substituição

9.3.1. - Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia dos Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la.

9.3.2. - Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. - É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.



3.



9.3.4. - A substituição, em caráter permanente, do ~~Agente Fiduciário~~ fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM Nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

9.3.5. - A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivada na Junta Comercial de Minas Gerais.

9.3.6. - O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

9.3.7. - Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

#### 9.4. - Deveres

9.4.1. - Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;



Handwritten signature or initials.

(h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

(i) solicitar, quando considerar necessário e desde que de forma fundamentada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(j) examinar a alteração do estatuto da Emissora que objetive mudar o objeto da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º, artigo 57, da Lei 6.404/76, a alteração proposta;

(k) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 4.6.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei 6.404/76 e desta Escritura;

(l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º alínea “b” da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

(m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(m.5) resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(m.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento; e



(m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

(n) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "m" aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(n.1) na sede da Emissora;

(n.2) no seu escritório, localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99 – 16º andar;

(n.3) na CVM;

(n.4) nas Bolsas de Valores, na CBLC e/ou na CETIP quando e se for o caso;

(n.5) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures.

(o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso "n" acima;

(p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, ANDIMA, CBLC e CETIP;

(s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e

(t) em complemento ao disposto no item 6.1.1(i) acima, notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: à CVM, às Bolsas de Valores, à CBLC e/ou à CETIP, quando e se for o caso.

#### 9.5. - Atribuições Específicas

9.5.1. - O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) se aplicável, executar garantias aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;



Handwritten signature or mark.

- (c) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. - O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" do item 9.5.1 supra se, convocada a Assembléia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembléia, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembléia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "e" do *caput* do item 9.5.1 acima.

#### 9.6. - Despesas

9.6.1. - A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.2. - O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, imediatamente, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.6.3. - No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.6.4. - As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;



(c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.5. - O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

## CLÁUSULA X - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

10.1. - O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

(a) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

(c) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(d) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(e) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme § 3º do artigo 66 da Lei 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM Nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;

(f) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(g) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

(h) estar ciente dos termos da Circular nº 1832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil; e

(i) ter verificado os limites desta Emissão, nos termos do artigo 60 da Lei 6.404/76, e que esses limites foram atendidos pela Emissora.



Handwritten signature or initials.

10.2. - A Emissora neste ato declara e garante que:

JUCER

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade de economia mista;
- (b) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastante para tanto;
- (c) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (d) os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (f) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, especialmente daquelas previstas nas Cláusulas VI e VII acima;
- (g) os Prospectos Preliminar e Definitivo relativos a esta Emissão (coletivamente, o “**Prospecto**”), bem como os suplementos preliminar e definitivo de distribuição das Debêntures (coletivamente “**Suplemento**”) conterão: (a) todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora, suas controladas e coligadas no contexto da Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas; e (b) as informações, fatos e declarações em relação à Emissora, suas controladas e coligadas, necessárias para que os investidores possam formar criteriosamente a sua decisão de investimento nas Debêntures, sendo essas informações, fatos e declarações verdadeiras, completas, precisas, claras, atuais, objetivas, em linguagem acessível, tendo sido realizados todos os esforços pela Emissora para assegurar o aqui disposto;
- (h) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora, expressas no Prospecto e/ou no Suplemento, foram dadas corretamente e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;



32

(i) não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto desta Oferta, faça com que alguma declaração do Prospecto e/ou do Suplemento seja enganosa, incorreta ou inverídica;

(j) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto e/ou no Suplemento são corretos e verdadeiros;

(k) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2003, representam corretamente a posição financeira da Emissora e de suas controladas e coligadas nestas respectivas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(l) tanto a Emissora quanto suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(m) exceto pelas contingências informadas no Prospecto e no Suplemento, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e

(n) obteve todas as aprovações necessárias, sejam de caráter interno ou emitidas por entidades governamentais competentes, com relação a esta Emissão e à colocação pública das Debêntures; e

(o) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à esta Emissão.

10.2.1. - A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretratável a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e as instituições intermediárias desta Emissão, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelas instituições intermediárias da Emissão, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

10.2.2. - Sem prejuízo do disposto no item 10.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.





Caso seja deliberado e efetivamente realizado o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, pela Emissora a seus acionistas, e no momento dessa deliberação e/ou pagamento a Emissora estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures, os Debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas as obrigações da Emissora decorrentes desta Emissão, aplicando-se o disposto nos itens 5.2.1.1 e seguintes desta Escritura. Purgada a mora, os Debenturistas não mais poderão declarar o vencimento antecipado das obrigações da Emissora decorrentes desta Emissão, na hipótese de a Emissora efetivar o pagamento, a seus acionistas, de valores a título de dividendos ou juros sobre capital próprio. O aqui disposto não se aplica ao pagamento dos dividendos obrigatórios, previstos no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, não constituindo novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de assinatura desta Escritura.

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

Fica eleito o Foro da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Belo Horizonte, 14 de junho de 2004.

[Esta Página é parte integrante da "Escritura Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie Sem Garantia Nem Preferência, da Companhia Energética de Minas Gerais", firmada em 14 de junho de 2004.]

## COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

Nome: Djalma Bastos de Moura  
Cargo: Presidente

Nome: Flávio Decat de Moura  
Cargo: Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores

## PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: MARCUS VENICIUS B. DA ROCHA  
Cargo: GERENTE

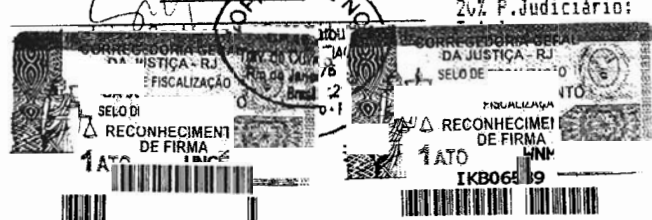
Nome: CARLOS ALBERTO BACHA  
Cargo: GERENTE

## TESTEMUNHAS:

Nome: PAULO EDUARDO P. GUIMARÃES  
CPF: 536.751.266-68

Nome: Marcos Túlio Campos Guimarães  
CPF: 204.021.396-15

Cartório do 21º Ofício de Notas. Travessa do Ouvidor, 21 B  
Centro - Rio de Janeiro. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço por  
semelhança as firmas de: MARCUS VENICIUS BELLINELLO DA ROCHA e  
CARLOS ALBERTO BACHA  
No: 20257  
Rio de Janeiro, 16 de Junho de 2004. Conf. por:  
Em testemunho: Verdade. Serventia : 5,72  
20% P. Judiciário: 1,14  
5,86



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CERTIFICADO O REGISTRO SOB O NRO.: ED000019-1/000  
DATA: 28/06/2004 PROTOCOLO: 048104043  
#COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS CEMIG#  
PRESIDENTE  
SECRETÁRIO GERAL

